



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

REQUERIMENTO Nº _____/2021

PROTOCOLADO SOB Nº _____/2021

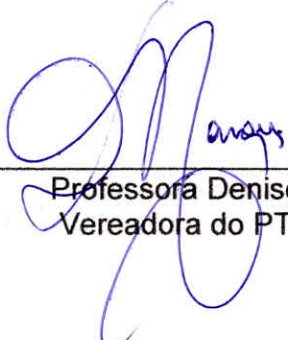
EM ____/____/____

| EXPEDIENTE | | | ATA |
|--------------|---|-------|-----|
| ACEITO EM | / | /2021 | |
| APROVADO EM | / | /2021 | |
| REJEITADO EM | / | /2021 | |
| ARQUIVO | | | |

A Vereadora que abaixo assina requer, após ouvida a Casa na forma regimental, que o Executivo Municipal reconsidere sua posição em relação à aplicação da Lei Complementar nº 173/2020, para que o lapso temporal compreendido entre 28/05/2020 e 31/12/2021 seja computado no cálculo do período aquisitivo para a concessão das progressões, promoções e demais direitos e vantagens que possuam vedação expressa e estejam amparados em legislação anterior à referida norma, adequando sua interpretação à Nota Técnica SEI nº 20581/2020 no Ministério da Economia que, em seu item 17, aponta que:

“as progressões e promoções, por exemplo, não se enquadram na vedação apresentada em tais dispositivos, uma vez que tratam-se de formas de desenvolvimento nas diversas carreiras amparadas em leis anteriores e que são concedidas a partir de critérios estabelecidos em regulamentos específicos que envolvem, além do transcurso de tempo, resultado satisfatório em processo de avaliação de desempenho e em obtenção de títulos acadêmicos. Conclui-se, portanto, que para essa situação, tal vedação não se aplica.”

Rio Grande, 15 de fevereiro de 2021.



Professora Denise
Vereadora do PT

JUSTIFICATIVA: Em plenário.

| |
|--------------|
| VISTO |
| Presidente |